



051

22

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0198244-3/01

Agravante: Grande Recife Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife Ltda. - CTM

Advogado: Dr. Silvio Neves Baptista

Agravado: Tacom Engenharia e Projetos Ltda.

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. POSSIBILIDADE. FUMAÇA DO BOM DIREITO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ATO EXECUTIVO. AUSÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DO RISCO DE DANO. PRESENÇA CONCOMITANTE DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONCESSÃO DA MEDIDA. NECESSIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

2
5526

1 - resta configurada a sua presença da fumaça do bom direito, pois é cediço na doutrina e na jurisprudência que a lei nº 11.232/2005, que operou uma mini reforma no processo de execução, em nada alterou a possibilidade da oposição da chamada exceção de pré-executividade nos processos executórios.

2 - quanto ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, apesar da farta documentação acostada aos autos, não vislumbrei, como não vislumbro, *in casu*, qualquer manifestação material da ocorrência comprovada de ato executivo na ação originária.

3 - Para a concessão do efeito suspensivo postulado, faz-se necessário a presença concomitante do risco de dano e da fumaça do bom direito, o que não ocorreu no caso *sub examine*.

4 - Agravo improvido.

5 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

052

23

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 0198244-3/01, em que figura como agravante Grande Recife Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife Ltda. - CTM e como agravado Tacom Engenharia e Projetos Ltda.

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia ____/____/2010 presidida pelo Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, acompanhado pelo vogal Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator



24
053

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0198244-3/01

Agravante: Grande Recife Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife Ltda. - CTM

Advogado: Dr. Silvio Neves Baptista

Agravado: Tacom Engenharia e Projetos Ltda.

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão interlocutória que, nos autos do Agravo de instrumento em apenso, indeferiu o pedido de efeito suspensivo postulado, mantendo-se incólume a decisão do primeiro grau então recorrida.

O agravante interpôs o presente agravo regimental alegando, resumidamente, em suas razões de fls. 02/15 que:

- comprovou que já havia adimplido com todas as parcelas decorrentes do negócio jurídico firmado anteriormente, no entanto, não foi atribuído o efeito suspensivo ao agravo, por entender que não havia preenchido os requisitos para a concessão da medida;
- o risco de dano resta configurado pela iminência da penhora de bens em valores superiores a R\$ 500.000,00(quinhentos mil reais), ou o mais grave, que seria o bloqueio das suas contas.

É o relatório.

Recife, 28/07/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



25
054

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0198244-3/01

Agravante: Grande Recife Consórcio de Transportes da Região

Metropolitana do Recife Ltda. - CTM

Advogado: Dr. Silvio Neves Baptista

Agravado: Tacom Engenharia e Projetos Ltda.

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do agravante reside contra decisão interlocutória que, nos autos do Agravo de instrumento em apenso, indeferiu o pedido de efeito suspensivo postulado, mantendo-se incólume a decisão do primeiro grau então recorrida.

Tratando-se de agravo regimental que tem por objetivo a reforma de decisão interlocutória proferida em sede de agravo de instrumento, tenho que a presente via subsume-se à análise reiterada da presença ou não dos dois requisitos necessários à concessão da medida, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo da demora.

No caso *sub examine*, compulsando as provas que instrumentalizaram o pedido, conheço na estreita via interposta, os fundamentos da medida excepcional suscitada, ressaltando que eles não resistem aos enunciados da decisão então agravada. Isso porque, quanto a fumaça do bom direito, entendo que, ao que parece, de fato, resta configurada a sua presença, pois é cediço na doutrina e na jurisprudência que a lei nº 11.232/2005, que operou uma mini reforma no processo de execução, em nada alterou a possibilidade da oposição da chamada exceção de pré-executividade nos processos executórios.

No entanto, cuido por cautela consignar que, quanto ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação, apesar da farta documentação acostada aos autos, não vislumbrei, como não vislumbro, *in casu*, qualquer manifestação material da ocorrência comprovada de ato executivo na ação originária. Pelo contrário,

ressalto mais uma vez o acerto do nobre magistrado *a quo* ao determinar a intimação do ora agravante, nos termos do art. 475-J do CPC, para fins de apresentação da sua impugnação que, sem prejuízo, poderá trazer como matéria de defesa, os mesmos argumentos, documentos e provas que formaram a exceção de pré-executividade, inclusive, com a possibilidade de concessão do efeito suspensivo postulado.

Como dito e repetido, para a concessão da tutela perseguida faz-se necessária a presença simultânea dos referidos requisitos. Aqui, restou presente a fumaça do bom direito, mas inexistente o necessário risco de dano irreparável ou de difícil reparação, desautorizando, portanto, o deferimento da medida perseguida.

Assim, em face do exposto, voto no sentido de conhecer e negar provimento ao presente agravo regimental, mantendo-se incólume a decisão ora recorrida.

É como voto.

Recife, 28/01/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator